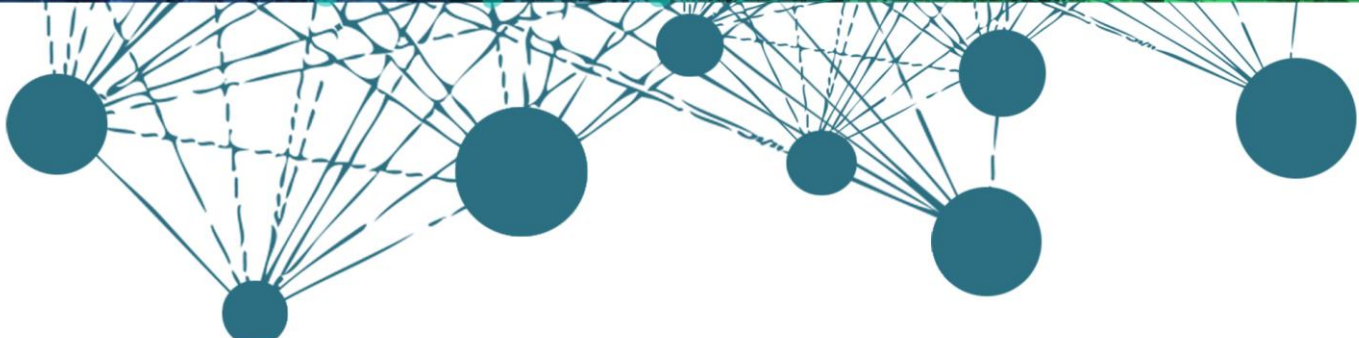




XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural

**Popular Economy and Social Solidary Economy:
from precarious to plural**

Sibelle Diniz, Cedeplar/UFMG, sibelled@cedeplar.ufmg.br

Resumo

No fim do século XX, o debate latino-americano sobre a economia popular e solidária se baseava em um diagnóstico da heterogeneidade de formas de produção e trabalho nesses países. No presente século, este se articula mais diretamente às ideias de economia social e economia plural, o que permite uma aproximação direta à discussão nos países centrais. O presente artigo apresenta essa trajetória, partindo da leitura de Milton Santos sobre os circuitos econômicos nas cidades dos países subdesenvolvidos e sua relação com a categoria economia popular. É discutida ainda a economia solidária, originada no marco do associativismo europeu, e que no Brasil assume contornos peculiares ao se centrar na produção coletiva autogestionária. Por fim, discute-se como o debate latino-americano atual se articula ao questionamento da sociedade de mercado e à proposição de uma “outra economia” centrada no trabalho e na pluralidade de princípios econômicos. Nesse sentido, a economia social e solidária seria, tanto nos países periféricos quanto nos centrais, um conjunto de iniciativas orientadas a um sistema econômico ideal, a substituir a “economia do capital”.

Palavras Chave: economia popular e solidária, economia social, economia plural, economia solidária

Abstract

At the end of the twentieth century, the Latin American debate on the popular economy was based on a diagnosis of the heterogeneity of forms of production and work in these countries. In the present century, the debate is related to the ideas of social economy and plural economy, which allows a direct connection to the discussion in the central countries. This article presents this trajectory, starting from the work of Milton Santos on the circuits in the urban economics in the underdeveloped countries and their relation to the popular economy. We also discuss the solidarity economy, which originated within the framework of European associativism, and in Brazil assumes peculiar contours when focusing on self-managed collective production. Finally, we discuss how the current Latin American debate articulates the questioning of the market society and the proposition of an "other economy" focused on work and on the plurality of economic principles. In this sense, "social and solidarity economy" would be, in peripheral and in central countries, a set of initiatives oriented to an ideal economic system, to replace the "economy of capital".

Keywords: (Como o texto do resumo; máximo de 5 palavras-chave)

INTRODUÇÃO

A economia popular e solidária ganhou expressão no Brasil na década de 1990, como uma resposta das classes populares ao desemprego e à precarização do trabalho em curso. Nos anos 2000, ganhou espaço nas políticas públicas e cresceu em organização e alcance.

Enquanto no fim do século XX o debate latino-americano se baseava em um diagnóstico das formas de produção e trabalho nesses países, no presente século este se articula mais diretamente à discussão sobre a convivência entre princípios econômicos diversos, acercando-se das idéias de economia social e economia plural. O movimento recente aproxima as questões do centro e da periferia, enfatizando a contestação do economicismo e em defesa de uma “outra economia” marcada pela solidariedade, sustentabilidade e emancipação (Cattani *et al*, 2009).

O presente artigo apresenta essa trajetória, partindo da leitura de Milton Santos sobre os circuitos econômicos nas cidades dos países subdesenvolvidos e sua relação com a categoria economia popular. É discutida ainda a economia solidária, que tem sua origem no marco do cooperativismo socialista europeu, e que no Brasil assume contornos peculiares ao se centrar na produção coletiva autogestionária. Por fim, discute-se como o debate latino-americano se articula ao movimento de questionamento da sociedade de mercado e de proposição de uma “outra economia” centrada na convivência entre os princípios econômicos e voltada à solidariedade e à predominância do trabalho sobre o capital. Nesse sentido, a “economia social e solidária” seria, tanto nos países periféricos quanto nos centrais, um conjunto de iniciativas de no sentido de um sistema econômico ideal, a substituir a “economia do capital” marcada pela precarização e mercadificação do trabalho.

DO CIRCUITO INFERIOR À ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA URBANA

Em fins da década de 1970, Milton Santos propôs uma leitura das cidades dos países subdesenvolvidos a partir de dois circuitos (ou sistemas) econômicos. O espaço desses países, ao se organizar e se reorganizar em função de interesses externos, configura-se como descontínuo, instável e multipolarizado. Cria-se assim um circuito da economia urbana altamente beneficiado pelas modernizações, e outro que só parcialmente se beneficia, ou absolutamente não se beneficia, do progresso técnico e das vantagens ligadas a ele.

A origem dessa configuração estaria nos processos de industrialização e de modernização – seletiva e incompleta - do século XX, guiados por firmas multinacionais intensivas em tecnologia e geradoras de um número limitado de empregos. O circuito chamado "superior" é composto principalmente de atividades capital-intensivas, em grande parte imitativas, de produção em grande escala, articulada para fora da cidade e da região, e tendo como objetivo principal a acumulação de capital. É formado pelo comércio e indústria para exportação, indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos, negócios bancários, comércio atacadista e transporte. Já o circuito "inferior" abrange as atividades de pequena dimensão, principalmente serviços não modernos abastecidos pelo comércio em pequena escala, intensivos em trabalho e com relevante potencial criativo e articulação na cidade e região. Trata-se primordialmente da pequena produção manufatureira, em grande parte artesanal, e do comércio não moderno, além das atividades domésticas.

A relação entre os dois sistemas de fluxos (circuitos) da economia urbana é determinada por condições históricas gerais, ligadas à penetração das atividades modernas no território, e pelo Estado, que atua como intermediário entre os agentes inovadores e as realidades regionais (Santos, 2008). É o circuito superior que ocupa posição privilegiada diante do apoio governamental e do crédito. Por esse motivo, as unidades do circuito inferior muitas vezes recorrem a arranjos de ajuda mútua. O controle da informação e o apoio do aparelho de Estado atuam a favor do circuito superior, que é capaz de "criar" ou "atrair" demanda por meio da publicidade. Já o circuito inferior se apoia no consumo; ele resulta da demanda. Como a demanda de toda a população é influenciada diretamente pelo sistema superior e suas redes, fica claro o caráter de dependência do sistema inferior.

No circuito inferior, prevalece o trabalho familiar e autônomo, organizado em unidades produtivas de pequeno porte. Enquanto no circuito superior os preços são definidos nos mercados oligopolizados, no inferior prevalecem a barganha e os acordos pessoais, levando a maior margem de variação dos preços. A noção de lucro também é distinta entre os circuitos. No primeiro caso, a acumulação de capital é essencial para a continuidade da atividade e o acompanhamento dos avanços tecnológicos. No segundo, prevalece a lógica do curto prazo: "No sistema inferior, a acumulação de capital não é de interesse primordial, ou nem mesmo interessa. A tarefa primordial é sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida" (Santos, 2008, p. 102).

Os circuitos convivem em complementaridade e competição, embora fique clara a relação de subordinação entre eles. Milton Santos rejeita a noção de "dualismo", embora assuma ser este o ponto de partida de sua teoria. Ao recusar tal denominação, esclarece que ambos os circuitos são fruto do mesmo processo: a difusão da informação e do consumo ocorrida a partir da segunda metade do século XX e que leva à transformação de todo o aparelho de produção. Para ele, o que se verifica não são formas de produção com idades tecnológicas diferentes coexistindo no espaço. Trata-se de formas diferentes de combinação entre um novo modelo de produção, distribuição e

consumo, e a situação preexistente: “trata-se de uma aceitação da modernização em diferentes graus” (Santos, 2008, p. 55).

Milton Santos se distancia, assim, do argumento das teorias do subdesenvolvimento de que as distinções de renda seriam atribuíveis a diferentes níveis de produtividade, assim como a substituição do “setor tradicional” pelo “setor moderno” como parte natural do processo de desenvolvimento. Essas teorias, fortemente influenciadas pelo modelo de oferta ilimitada de trabalho de Lewis (1954), enxergavam o setor tradicional como “arcaico” ou “atrasado” e fadado ao desaparecimento na esteira do crescimento econômico. A teoria dos circuitos se propõe a romper com a oposição moderno-tradicional, e também a considerar, para além da produção, as esferas do consumo, da distribuição, do emprego, bem como o papel da informação e do Estado, na configuração das formações econômico-sociais.

Outro aspecto enfatizado é o estado de permanente transformação do circuito inferior, frequentemente num esforço de adaptação aos movimentos do superior, o que o distancia da noção de imobilismo e homogeneidade geralmente associada ao setor tradicional. Enquanto este último era associado a uma cultura estática e homogênea, em oposição à “sociedade moderna”, o denominado circuito inferior é marcado pela constante mutação, uma vez que sua sobrevivência depende da adaptação às mudanças conjunturais. Sua alta capacidade de adequação às variações de demanda é dada pela mobilidade tanto da mão de obra quanto do capital empregados. A mudança de atividade é facilitada pela pequena quantidade de capital investido. A precariedade das instalações ou sua localização no domicílio de residência facilita sua readaptação. Os vínculos informais de emprego e a baixa necessidade de qualificação permite a contratação de trabalhadores em momentos de expansão e, em seguida, sua demissão.

A abordagem de Milton Santos esclarece que a existência deste conjunto de unidades produtivas constitui um componente das estruturas capitalistas periféricas, cumprindo papel fundamental e subordinado, e sendo marcado por uma racionalidade interna distinta, pela heterogeneidade e pela constante mutação. Ao contrário do que pregava a abordagem dominante sobre o setor informal¹, não haveria uma tendência de desaparecimento ou substituição do circuito inferior pelo superior na medida em que ocorresse a formalização junto ao Estado ou a melhoria dos níveis tecnológicos. O circuito inferior não é visto como um “degrau” do processo de desenvolvimento a ser ultrapassado, mas sim como uma característica estrutural, alimentada dentro do próprio sistema².

Ainda nos anos 1970, outros autores propuseram uma compreensão da realidade latino-americana a partir das lógicas de produção e reprodução ali existentes. Em perspectivas próximas, Orlando Nuñez³, Luis Razeto e Jose Luis Coraggio propõem a categoria economia popular. Esta não

¹ Ver, por exemplo, Hart (1973), OIT (1972), Tokman e Souza (1976), De Soto (1987, 2001).

² Em linha semelhante, e num diálogo mais direto com a noção de informalidade, o trabalho de Cacciamali (1982) defende o dinamismo do setor informal, que sofre constante desenvolvimento e modernização no seio da produção capitalista. Tal setor, para a autora, ocupa espaço intersticial e subordinado aos movimentos das firmas capitalistas, na medida em que a penetração e o avanço destas imprimem restrições ao seu desenvolvimento. A subordinação se dá no âmbito da ocupação dos espaços econômicos, no acesso às matérias primas e equipamentos e ao crédito e na implantação da tecnologia, impactando tanto a esfera de produção quanto de circulação. Essa dinâmica provoca constante destruição e recriação das atividades informais. Para a autora, o setor informal não se restringe à produção de bens e serviços de má qualidade e de baixo valor agregado e nem se encontra preso a tecnologias obsoletas. Tampouco se restringe aos trabalhadores pobres e migrantes. Apesar disso, um conjunto de desvantagens inerentes dificultam sua extensão e o crescimento.

³ Orlando Nuñez discute a experiência da Nicarágua, a partir da revolução sandinista, associando a economia popular a um conjunto heterogêneo de trabalhadores que possui como identidade o pertencimento a um projeto de desenvolvimento nacional, alternativo ao capitalista (Nuñez, 1995).

se definiria apenas pela categoria social de seus atores (os pobres ou os excluídos do mercado de trabalho formal), mas pela qualidade de suas relações e valores (valores de solidariedade, relações de cooperação) e por sua escala de organização, pequena o suficiente para permitir relações econômicas interpessoais, não necessariamente intermediadas pelo mercado e pela concorrência. Ao enfatizar tais aspectos, buscam diferenciar a “economia popular urbana” do “sistema informal urbano” (Coraggio, 2003).

A economia popular é pensada como o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos membros das classes trabalhadoras a partir do uso da própria força de trabalho e de recursos próprios. Essas organizações se destinam a prover e repor os meios de vida, agregando unidades de trabalho, e não de inversão de capital (Kraychete, 2006). Esta economia se baseia no trabalho familiar, por conta própria, artesanal, na autoconstrução da moradia, na economia camponesa. Sua dinâmica combina a produção doméstica com as relações mercantis, numa conexão difusa entre valores de uso e valores de troca que não caminha para o desaparecimento nem para a desconexão com o mercado. O trabalho é o principal fator produtivo dessas unidades, cuja organização interna passa pela produção associada (cooperativas, associações, grupos de compra, sistemas de troca locais), pequenos negócios familiares e pelo trabalho individual (autônomos, “conta própria”), voltados ou não ao mercado.

Para Coraggio (1994, 2000, 2003), as células da economia popular são as unidades domésticas que dependem principalmente do exercício de seu trabalho para se reproduzirem biológica e culturalmente⁴. A unidade doméstica, enquanto organização econômica característica da economia popular (fundada sobre relações de parentesco, de afinidade, étnicas, etc.), organiza os recursos e as capacidades de seus membros (seu fundo de trabalho) para gerir a satisfação de suas necessidades, tendo como objetivo último a reprodução da vida nas melhores condições possíveis (reprodução ampliada). Enquanto a reprodução simples equivale à manutenção da vida dos membros da unidade doméstica em um nível aceito como mínimo, a reprodução ampliada denota uma melhora de qualidade de vida ao longo do tempo, não apenas por aumento dos rendimentos, mas também pelo acesso aos bens públicos, melhor qualidade do consumo, melhores padrões de relação social, melhores condições de moradia, etc.

Lisboa (2004) identifica Milton Santos como precursor da categoria economia popular, pois esta retoma um conjunto de características que o autor atribui ao circuito inferior da economia urbana. Por exemplo, para Milton Santos, ao contrário do que assume a dicotomia formal-informal, não se trata de assumir a existência de um conjunto de decisões racionais e coordenadas em oposição a um outro grupo de ações irracionais e incorretas. O circuito inferior também é provido de uma racionalidade, e, ademais, as racionalidades econômicas são sempre múltiplas.

A racionalidade da economia popular se distancia daquela da economia capitalista, uma vez que não se verificam ali os pressupostos da acumulação e nem o objetivo de expansão – a maior possível – do capital. A racionalidade econômica está, ali, subordinada às necessidades de reprodução das unidades domésticas, o que implica, por exemplo, dificuldade de substituição de trabalhadores e o grande peso dado ao fator trabalho frente ao capital: “Ao contrário das empresas que – na busca do lucro, da competitividade e da produtividade – dispõem de trabalhadores, os integrantes dos empreendimentos econômicos populares não podem ‘despedir’ os filhos, filhas, cônjuges ou idosos que gravitam no seu entorno.” (Kraychete, 2006, p. 5)

⁴ São excluídas da definição as unidades domésticas rentistas, ou seja, que vivem da riqueza acumulada, e ainda, as que vivem da exploração do trabalho alheio.

Dito de outro modo, um comportamento tido como irracional ou ineficiente, sob a lógica do capital, assume outro significado nas unidades econômicas populares. Por exemplo, a perda de emprego de um dos membros na unidade doméstica é vista como um “custo adicional” do negócio, uma vez que os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para o consumo familiar básico (Kraychete, 2006). Os meios de trabalho se confundem com os meios de reprodução cotidiana. A produção se une à reprodução, sendo que a primeira se subordina à última, e não o contrário.

Para Razeto (1993), nem toda economia popular é de solidariedade, e nem a economia de solidariedade é necessariamente popular, uma vez que a solidariedade na prática econômica pode se dar também em outros âmbitos. “Existem na economia popular embriões do que pode ser uma economia solidária, pois nas práticas dos setores populares encontramos uma racionalidade econômica fundada no trabalho e na cooperação” (Lisboa, 2004, p. 15). A economia de solidariedade pode ser encontrada, para Razeto (1993), nas atividades, empresas e circuitos econômicos onde a solidariedade aparece como elemento articulador dos processos de produção, distribuição, consumo e acumulação. Essa solidariedade poderia ser compreendida como um fator econômico, na medida em que a cooperação pode incrementar a produtividade, reduzir custos e proporcionar benefícios adicionais, estabelecendo o que o autor chama de “economias de associação”. Ela estaria presente, por exemplo, na transferência gratuita de informações e conhecimento, na realização solidária da gestão (cuja forma mais elevada é a autogestão), no sistema de propriedade dos meios de produção (coletivos ou individual e compartilhado), nas formas de distribuição interna e externa dos ganhos, e no consumo, pela minimização de seus efeitos negativos.

Enquanto campos teóricos, tanto a economia popular quanto a economia solidária negam o uso do trabalho como mercadoria ou mero fator de produção (Tiriba, 2003). Nesse sentido, diferenciam-se da economia informal, que é associada, por tais correntes, à exploração da força de trabalho dos que não possuem os meios de produção⁵. Mas a economia solidária é compreendida no Brasil de forma específica, a partir dos empreendimentos coletivos onde predominam a cooperação na atividade econômica, o uso em comum dos meios de produção e a autogestão (Gaiger, 2009). As unidades básicas são as cooperativas, associações e grupos informais onde a distinção entre capital e trabalho é minimizada. Enquanto princípio que norteia a Economia Solidária, a autogestão implica que os meios de produção sejam de propriedade e controle coletivos e que as decisões acerca das normas de funcionamento e dos rumos a serem seguidos pelo empreendimento solidário sejam tomadas com base na participação democrática de cada indivíduo. Assim, a administração, a produção, seus meios e resultados pertencem a todos, de modo que se fazem necessárias práticas solidárias e promotoras de autonomia nas organizações.

Embora o termo “economia popular solidária” tenha se consolidado em diversos espaços de debate no Brasil⁶, a distinção entre a “economia popular” e a “economia solidária” fica clara na corrente protagonizada por Paul Singer neste país. Para Singer (2000), a unidade básica de análise da economia solidária é a unidade de produção, e não a unidade doméstica, célula da economia popular, para Coraggio. Segundo o autor, a unidade doméstica é, por definição, uma unidade de consumo, e não necessariamente produtora de mercadorias. Ainda na concepção de Singer

⁵ Enquanto a economia informal é associada diretamente à flexibilização das relações entre capital e trabalho, a economia popular se liga à reprodução ampliada da vida, e não do capital (Tiriba, 2003).

⁶ Por exemplo, no Estado de Minas Gerais, onde se promulgou a Lei Estadual que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária (Lei nº 15028/2004) e foi elaborado recentemente o Plano Estadual para o Desenvolvimento da Economia Popular Solidária (FMEPS, 2015).

(2000), a formulação de Coraggio, ao considerar todas as unidades domésticas não rentistas de trabalhadores, permitiria excluir os rentistas miseráveis (dependentes das transferências governamentais) e incluir os assalariados de alta renda.

Desse modo, a economia solidária é associada às unidades produtivas organizadas coletivamente e de forma autogestionária. Singer (2000, 2002) associa a economia solidária a uma economia não capitalista (ou alternativa pós-capitalista) caracterizada por princípios socialistas ou cooperativistas, formada por empresas igualitárias, em que a posse é de todos que ali trabalham e os lucros são repartidos. Ela se configuraria como um modo de produção intersticial, inserido nos vácuos deixados pelo capitalismo (Singer, 2002). Outros autores, como Gaiger (2003), vão criticar essa proposição, ao assumir a dificuldade da economia solidária em consolidar bases tecnológicas próprias, associando-a então a uma “forma social de produção” abrigada, contraditoriamente, no modo de produção capitalista.

Em comum aos termos “economia popular” e “economia solidária” está a atenção dada à dimensão sociopolítica, tanto no sentido da democracia interna às unidades quanto de autonomia decisória em relação ao setor público e ao setor privado (não sujeição ao controle de outras instituições, ainda que parceiras). Tal ênfase sugere que a avaliação do desempenho desses empreendimentos não deve se restringir à sua rentabilidade ou capacidade de gerar renda, mas, ao contrário, envolve os ganhos em termos de sociabilidade, envolvimento e participação nas decisões políticas, padrões de consumo e relação interpessoal, desenvolvimento de uma cultura do trabalho alternativa, etc.

Por abrangerem formas diversas de produção, flexíveis no que diz respeito aos critérios de seleção dos trabalhadores, horário e local de trabalho, entre outros, a economia popular e a economia solidária surgem como alternativas para o público que não se “encaixa” em processos de emprego formal e assalariamento, por sua escolaridade, experiência, configuração familiar, etc. É reconhecido na literatura que tais organizações têm se colocado como estratégias de sobrevivência perenes por parte da população vulnerável, como apontam Abramovay et al (2003):

“É bem verdade que parte muito expressiva dos nano e microempreendedores iniciam suas atividades por falta de alternativa no mercado de trabalho (...). Mas a perenidade dos negócios, os vínculos de proximidade em que se apoiam, a experiência adquirida em sua gestão e as funções sociais que preenchem não permitem que sejam encarados como uma forma de organização transitória e obsoleta a ser sepultada juntamente com as péssimas condições sociais que hoje a caracterizam.” (Abramovay et al, 2003, p. 236)

Nesse sentido, cabe pensar em que medida a economia popular e solidária, em suas múltiplas faces, apresenta-se como característica permanente das economias latino-americanas e em que situações ela se configura como embrião de processos de transformação. Embora seja frequentemente associada a um movimento conjuntural ou transitório, resultante de processos de desemprego e exclusão, é possível pensá-la como parte de um processo de organização popular mais amplo e permanente, sugerindo-a como um recurso para processos alternativos de desenvolvimento. Cabe compreender o real potencial emancipatório e transformador contido nessas práticas.

ECONOMIA POPULAR, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AUTONOMIA

Para Tiriba (2003), a economia popular se manifesta em diferentes tempos históricos, integrando-se aos modos de produção ou modelos de desenvolvimento econômico de forma hegemônica ou subalterna. Não é um fenômeno exclusivo das sociedades capitalistas, estando presente nas sociedades de caçadores e coletores, escravistas, socialistas, etc. Mas é no contexto do modelo neoliberal de acumulação de capital que ela se apresenta, fortemente, como “economia dos pobres”, pois é quando se explicita a recorrência à mesma como estratégia de sobrevivência⁷.

Em fins do século XX, o termo economia popular era associado aos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal e àqueles que buscam complementar a renda, por auferirem baixos salários e possuírem poucas garantias nos empregos assalariados. A economia popular era, naquele momento, o “abrigo” dos desempregados e dos subempregados, que se ampararam nas redes de solidariedade entre os trabalhadores, suas famílias e a comunidade local (Icaza e Tiriba, 2009). É possível questionar, então, até que ponto a economia popular surge como parte do próprio capitalismo, funcional na diminuição dos conflitos sociais ao amortecer os choques das crises. O movimento de flexibilização dos mercados de trabalho fornece, sem dúvida, um impulso a essa economia.

“O atual estágio do capitalismo não apenas faz evidenciar a existência de uma economia solidária junto à economia popular (e mesmo fora da mesma), como também a revigora, em função da crescente indiferenciação entre produção e reprodução com a multiplicação do trabalho à distância e no domicílio (afetando a localização espacial das atividades produtivas, redesenhando os espaços urbanos e os comportamentos sociais.” (Lisboa, 2004, p. 13)

De fato, o movimento de flexibilização e a conseqüente descentralização da produção e do trabalho alimenta uma diversidade de relações subordinadas, que vão desde a subcontratação direta até as atividades aparentemente autônomas, mas que contribuem para reduzir os custos de mão de obra e também de matéria prima. Esse conjunto de atividades, muitas vezes informal e precarizado, teria um papel de redução de custos e de enfraquecimento da base sindical, assumindo caráter universal, uma vez que existe tanto no centro quanto na periferia capitalista, e cumprindo papel fundamental para a penetração dos mercados internacionais (Tokman, 2011).

Nesse sentido, a crítica de fundo marxista se ampara tanto na incapacidade de a economia popular solidária se constituir um modo de produção alternativo ao capitalismo, dadas suas fragilidades internas, quanto no fato dessas formas serem a priori subordinadas ao processo de acumulação

⁷ “Recentemente descobertas pelos intelectuais e governos, as atividades que dão substrato à economia popular são, em verdade, muito antigas, porém não eram visíveis para o olhar regido pelos parâmetros da razão iluminista. A economia popular era (e continua sendo) incompreensível (e desvalorizada) pelos parâmetros da razão econômico-social dominante. O olhar iluminista (em especial o pensamento periférico, o qual tende a reificar ainda mais o moderno) sempre desqualificou as práticas mais tradicionais, nas quais em geral não existia o sentimento de insegurança com relação ao sustento da família. Nos países semiperiféricos, em particular, a acumulação capitalista não levou à desorganização da pequena produção mercantil: sempre tivemos um grande conjunto da população “sobrevivendo” às margens do mercado numa economia de “subsistência”, subordinada sem dúvida.” (Lisboa, 2004, p. 13).

capitalista, contribuindo somente para mascarar a luta de classes ao renegar aos trabalhadores uma função subordinada nos esquemas de produção⁸.

Para Tiriba (1999, 2005), no entanto, na economia popular subsistem antigas relações sociais de produção, as quais poderiam ser o embrião de uma nova cultura do trabalho. Esses resquícios de formações pré-capitalistas poderiam orientar relações econômico-sociais que, em um determinado momento histórico, poderiam contrapor-se ao modo de produção capitalista. Nas práticas dos setores populares estaria a gênese de processos mais gerais de solidariedade e de cooperação.

Se o movimento de flexibilização dos mercados de trabalho, de um lado, estimula o “trabalho abstrato”, subordinado a processos de produção exógenos, embora desvinculado da relação de assalariamento, de outro encontramos o “trabalho autônomo” de fato, quando o trabalhador possui o controle do processo de produção. Enquanto no primeiro caso pode-se falar em trabalho precário, no segundo, o maior controle sobre o tempo e sobre o processo de trabalho pode ampliar as possibilidades do trabalho ao potencializar o conhecimento acumulado e as redes existentes (Lago, 2009).

Como apontam Razeto et al (1983), embora a participação em uma organização econômica popular seja em boa parte dos casos a única alternativa no curto prazo para enfrentar a necessidade imediata de sobrevivência, é comum que seus participantes se identifiquem progressivamente com essa solução, passando inclusive a preferi-la a outras, economicamente mais rentáveis, uma vez que aprendem a valorizar o trabalho por conta própria, sem padrão, em um ambiente de maior confiança e solidariedade, e ainda devido às possibilidades de desenvolvimento cultural, capacitação e convivência com outras pessoas, oferecidas pelas organizações.

Já Favreau (2004) indica que as unidades da economia popular (trabalhadores autônomos, pequenas empresas familiares), na medida em que se desenvolvem, podem se tornar tanto empresas do setor privado quanto organizações da economia social, sendo que esta última opção significa a participação em uma estratégia de organização coletiva para a cooperação e a construção de sistemas de troca locais. Neste caso, a relação com movimentos sociais e entidades de apoio e fomento, como ONGs, assume grande importância. Tiriba (1999, 2005), por sua vez, enfatiza a importância dos processos educativos que encaminhem para o exercício e para o horizonte da autogestão, defendendo uma “pedagogia da produção associada”.

Para Quijano (1998), a grande diversidade de organizações que integram a economia popular na América Latina impede que esta seja associada diretamente a uma economia alternativa. O que se pode afirmar, a partir da observação das realidades dos países latino americanos, é a existência de um grande conjunto de unidades produtivas que não são plenamente do tipo empresarial, uma vez que não se baseiam exclusivamente nas relações de assalariamento e nem no mercado. A organização do trabalho e dos recursos, nessas unidades, passa pelas normas de organização familiares e comunais, em diferentes graus, assim como o uso da força de trabalho ocorre apenas

⁸ Nessa linha, Germer (2007) critica fortemente a associação, por Paul Singer, da economia solidária aos princípios socialistas. Para o autor, tal relação é feita com base em imprecisões teóricas quanto ao conceito de “modo de produção” de Marx e sobre o papel conferido ao cooperativismo pelos autores clássicos do socialismo. Já Wellen (2012) ressalta a funcionalidade da economia solidária à reestruturação produtiva, ao terceirizar e precarizar força de trabalho para o capital. Ambos os trabalhos associam a emergência do debate sobre a economia solidária no Brasil à fragilidade teórica e à mudança de leitura da questão social em algumas frentes históricas de luta da classe trabalhadora, como o Partido dos Trabalhadores.

parcialmente no mercado. Mas em muitas situações a lógica do capital é presente, totalmente ou em parte: “em muitos casos se trata, certamente, de um capitalismo dos pobres” (Quijano, 1998, p. 228, tradução nossa).

Em muitos casos, portanto, a reciprocidade e o princípio de ação comunitária não são o resultado de decisões ideológicas, ou mesmo de uma ética de solidariedade inerente ou de adesão a um projeto político-ideológico de sociedade. A solidariedade e reciprocidade podem ser, em realidade, o único recurso possível para a sobrevivência. Mas daí surge um conjunto de questões relevantes para o debate contemporâneo na América Latina, como as relações entre reciprocidade e mercado, as relações entre o trabalho não assalariado e o capital, entre as racionalidades do capital e das comunidades, etc. (Quijano, 1998).

É aqui que se inserem os projetos políticos, econômicos e societários propostos a partir da economia popular e da economia solidária existentes. A diversidade de conceitos existentes nesse campo evidencia projetos variados, embora próximos do ponto de vista dos objetivos: economia do trabalho, economia plural, economia social e solidária, economia popular solidária ou de solidariedade, socioeconomia solidária, economia solidária, economia para a vida, são alguns desses verbetes. Os projetos têm o objetivo comum de pensar uma economia para além da lógica do capital e da mercantilização do trabalho e da natureza. Propõem pensar uma “outra economia” pautada em processos de cooperação solidária, inclusão e sustentabilidade.

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E ECONOMIA PLURAL

Nos anos recentes, a discussão da economia popular e solidária na América Latina se aproxima mais intensamente da “economia social e solidária”, como sintetiza Jose Luis Coraggio em seus trabalhos recentes (Coraggio, 2011, 2012c, 2013a, 2013b). Enquanto a economia popular se originou na discussão da problemática urbana, a economia social se coloca num debate mais amplo de compreensão da economia e de leitura das realidades dos países onde mais se desenvolveu, notadamente a França e o Canadá, além de outros países europeus.

Enquanto campo teórico, a economia social se coloca como subdisciplina em construção, reunindo elementos da antropologia econômica, sociologia econômica, história e economia política. Nessa abordagem, o “econômico” é entendido como projeto pluridisciplinar, onde os princípios de integração discutidos por Karl Polanyi se tornam centrais na compreensão das realidades. As correntes que encampam o termo criticaram o fato de a ciência econômica não integrar a dimensão social. Desse modo, a economia social nega o economicismo hegemônico na literatura econômica atual, propondo um enfoque diferenciado tanto da economia neoclássica quanto da economia política marxista.

No cerne da economia social está a crítica à subordinação da sociedade ao princípio do mercado, ou o suposto “desenraizamento” que ancora a sociedade de mercado, como pensou Polanyi (2011). A economia, nesse sentido, está “enraizada” na estrutura social, cultural e política, motivo pelo qual não pode ser compreendida à margem de seu contexto histórico e do sistema social visto como totalidade. Tal leitura compreende o econômico como parte da cultura em seu sentido amplo, e o comportamento humano como indo além do auto interesse; este seria explicado por combinações não universais de interesse egoísta, a obrigação, o cálculo, espontaneidade, solidariedade e outros fatores não intrínsecos, mas culturalmente definidos (Coraggio, 2009a). Além disso, não existem economias naturais; todas as economias são construções sociopolíticas.

“Sua adjetivação como economia “social” significa que todos os fatos econômicos são fatos sociais, nos quais se coloca a multidimensionalidade da sociedade humana: o econômico não pode existir fora da natureza, sem o material, mas tampouco fora do simbólico, a cultura e a política; pretender o contrário é propiciar, como no neoliberalismo, que se liberem automatismos que se mostraram destrutivos da vida.” (Coraggio, 2009a, p. 8, tradução nossa)

Sendo assim, o uso do termo remonta à afirmação de uma economia imbricada com o social, à recusa do economicismo e da autonomização do econômico diante da sociedade, bem como carrega uma forte conotação política, ao expressar um modo de transformação do capitalismo na direção de relações sociais de produção de outra ordem (Lisboa, 2004).

Em linha semelhante, Laville (2009a) fala de uma economia plural, percepção analítica que se ancora fortemente na crítica de Polanyi aos fundamentos da economia moderna, como a identificação entre economia e mercado, a autonomia conferida à esfera econômica em relação às demais, à identificação do mercado a uma instância autorregulada e a identificação da empresa com a empresa capitalista. A economia plural, ao contrário, vai se atentar à presença de outros princípios de comportamento econômico nas sociedades, para além do mercado: “Economia plural é uma abordagem da economia real que parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e entre estes e a natureza são regidas por princípios econômicos plurais e assumem formas institucionais igualmente diversas.” (Laville, 2009b, p. 145)

Em “A Grande Transformação”, Polanyi (2011) recorre às pesquisas etnográficas de Malinowski e Thurnwald para discutir os modos de comportamento econômico distintos do mercado que permearam as sociedades. O princípio do mercado é o que permite o encontro entre a oferta e a demanda de bens e serviços por meio da fixação de preços. No capitalismo, este princípio tende a se sobrepor aos demais, o que se revela na tendência de “mercadificação” do trabalho e da natureza na direção de uma “sociedade de mercado”.

A redistribuição é o princípio segundo o qual a produção é entregue a uma autoridade central que tem a responsabilidade de reparti-la, o que supõe um procedimento de definição de regras de alocação. Relaciona-se a uma chefia em comum e ao padrão institucional de centralidade, um conduto para a coleta, armazenagem e redistribuição de bens e serviços.

O terceiro princípio, a reciprocidade, corresponde à relação entre grupos e pessoas em torno de benefícios que se definem a partir de laços entre as partes. É associado à organização sexual da sociedade, isto é, família e parentesco, e ao padrão institucional de simetria, que garante o tomar e dar de bens e serviços. Ele se opõe à troca mercantil na medida em que é indissociável das relações humanas, ligadas aos desejos de reconhecimento e de poder. Distingue-se também da troca redistributiva, pois não é imposta por um poder central. Uma forma particular de reciprocidade é aquela exercida com base na unidade familiar, denominada por Polanyi “administração doméstica”, ou “domesticidade”. A domesticidade, considerada um quarto princípio, é relacionada à produção para o próprio consumo e associado ao padrão institucional de autarquia, a um modelo de administração doméstica, de economia do lar (oikos) ou de produção para o próprio consumo.

Na visão de Laville (2001), nos sistemas econômicos atuais, organizados simbolicamente em torno do capitalismo (Sahlins, 2003), o mercado é o princípio econômico principal, a redistribuição é um princípio suplementar e a reciprocidade, um princípio residual, uma vez que a economia é

compreendida como economia de mercado e a redistribuição pública se autonomiza progressivamente como necessidade⁹.

Outra leitura teórica que ampara a economia social é a idéia de dádiva, trabalhada por Marcel Mauss (2003), que trata da rede de vínculos e obrigações presente nas sociedades, e que envolve a circulação de bens (tanto materiais quanto simbólicos) em torno da obrigação tripla: dar, receber e devolver. Mauss desenvolve sua tese sobre a dádiva a partir de referências etnográficas de instituições como o Potlach dos índios Kwkiutl (Columbia Britânica) e o Kula das ilhas Trobriand (Nova Guiné). O conceito de dádiva é utilizado como contraponto ao utilitarismo, numa perspectiva que assume que a motivação inicial da ação ou decisão não é o interesse pessoal, mas a obrigação de dar, a solidariedade e a reciprocidade¹⁰.

O debate sobre a economia social é amplo e inconcluso, e sua origem empírica se encontra em fontes diversas, como os mecanismos de ajuda mútua das sociedades antigas (grega, romana, egípcia) e o socialismo associacionista que permeou o movimento operário europeu do século XIX, fortemente sensibilizado, à época, com o alto custo humano da revolução industrial¹¹. Conforme Defourny (2009), no presente século a economia social é descrita em duas vertentes principais. A primeira parte da identificação das formas institucionais ou jurídicas da maioria das iniciativas da economia social, quais sejam, as empresas de tipo cooperativo ou cooperativas, as sociedades de tipo mútuo ou de ajuda mútua, as organizações associativas ou associações, e as fundações, instituições privadas não centradas apenas no lucro. A segunda vertente procura destacar os traços comuns às unidades que ela agrupa, e que podem ser resumidos em quatro: a) a finalidade principal é a prestação de serviços aos membros ou à coletividade, enquanto o lucro cumpre papel secundário; b) são marcadas pela autonomia de gestão, o que as diferencia da provisão de serviços pelo setor público; c) os membros exercem seu controle democrático, sendo que a participação na gestão independe do capital detido por cada um dos membros; d) as pessoas e o objeto social têm primazia sobre o capital na distribuição dos excedentes.

Do ponto de vista empírico, portanto, a economia social seria o conjunto de unidades de produção cujas finalidades não são centradas no lucro e que não se encaixam na distinção habitual entre setor privado e setor público. Suas atividades buscam combinar democracia econômica com utilidade social, passando pela solidariedade e pela hibridação de recursos mercantis, não mercantis e não monetários. Nesse sentido, a economia social abrange tanto empresas familiares e comunitárias quanto os chamados “negócios sociais”, instituições filantrópicas, organizações de voluntários, organizações para o comércio justo, etc. (Pearce, 2009).

Na Europa, onde a economia social é discutida mais amplamente, essas atividades se ligam às especificidades do modelo social ali vigente. Nesse sentido, são geralmente opostas as grandes organizações da economia social, mais antigas e fortemente institucionalizadas, e a “nova economia social” ou “economia solidária” emergente, sendo esta última a grande responsável por

⁹ Castel (2007) apresenta um esquema de compreensão das realidades dos países do Sul a partir dos princípios de comportamento econômico de Polanyi, em cruzamento com a esfera do mercado (entendido como *locus* de realização do valor de troca da produção). O resultado são sete possibilidades de atividades econômicas, que podem ser agrupadas em três categorias: as atividades capitalistas e/ou de redistribuição, as atividades de reciprocidade pura e as atividades da economia popular solidária. Esta abordagem não é apresentada em detalhes neste trabalho por ser passível de críticas diversas, como coloca Lisboa (2004).

¹⁰ Ver, por exemplo, o Movimento Antiutilitarista das Ciências Sociais - M.A.U.S.S. <http://www.revuedumauss.com/>.

¹¹ Outras referências à economia social podem ser encontradas nos teóricos religiosos e nos pensadores liberais como León Walras e John Stuart Mill (Defourny, 2009; Defourny e Develtere, 1999).

inovações sociais e efervescências democráticas (Defourny, 2009). Esta nova “geração da economia social” aborda questões de destaque atual, como os serviços de proximidade, a reabilitação de bairros pobres, o auxílio às pessoas idosas ou em dificuldades, o comércio justo, as finanças éticas e solidárias, a agricultura sustentável, a gestão ambiental dos resíduos e a inserção profissional dos pouco qualificados (Defourny, 2009). Laville (2012, p. 41) denomina este novo conjunto de atividades como “economia social e solidária”¹².

O projeto europeu de uma economia social e solidária é composto então de um movimento heterogêneo de experiências que têm como ponto comum a busca pela recomposição das relações entre economia e sociedade, traduzindo uma preocupação diante da tendência de mercantilização da sociedade, promovida pela hegemonia do pensamento econômico neoliberal no plano político. Essas iniciativas ganham força no contexto de crise dos mecanismos de regulação da sociedade, em especial os Estados de bem-estar, de um lado, e os mercados de trabalho baseado nas relações assalariadas, de outro (França Filho, 2001a).

Já a compreensão latino-americana da economia social e solidária se distingue da conceituação européia. Enquanto na Europa tais formas foram fortemente impulsionadas pelo movimento operário no início do século XIX, na América Latina a economia solidária não tem sua origem no movimento sindical, mas em distintos setores da sociedade, com relevância para os mais pobres e não integrados ao assalariamento, apoiados pelas igrejas e outras entidades, e alimentando-se nas raízes culturais locais. Tampouco as experiências da economia social surgem do esgotamento do Estado de Bem-Estar Social, pois este sempre teve na América Latina um papel menor, assim como as formas econômicas tradicionais fundadas na reciprocidade não sofreram aqui esvaziamento, tal como na Europa (Lisboa, 2004).

Para França Filho (2001a), a singularidade brasileira da economia solidária reside no legado ainda forte de uma economia popular, ou seja, um conjunto de formas de produção e distribuição econômica em que não se desvinculam as atividades econômicas das relações sociais no seu sentido mais estrito. Este conjunto de atividades permeia os circuitos estatais e do mercado, num processo que reflete as incompletudes da nossa modernidade. As redes de solidariedade existentes no cotidiano das pessoas é um substrato importante para processos mais amplos ligados à economia social e solidária. Nesse sentido, o interesse pelas formas de solidariedade econômica (tanto as antigas quanto as novas) une os países periféricos e os centrais, envolvendo iniciativas diversas em torno de outros mecanismos de regulação econômico-políticos que não passam apenas pelo mercado ou pelo Estado.

Coraggio sintetiza a compreensão no plano teórico: “(...) à medida que fomos avançando na elaboração, ocorreu um movimento conceitual que segue esta sequência: crítica do conceito empiricista de setor informal urbano _ economia popular urbana _ variantes de economia social e solidária _ economia do trabalho” (Coraggio, 2004, p. 5, tradução nossa). A economia popular urbana e a economia social e solidária seriam partes integrantes do sistema econômico existente na América Latina, sendo esta última parte de um processo de transição no sentido do sistema econômico desejado, centrado no trabalho e nos valores de reciprocidade. O sentido da economia social assumido por Coraggio é tanto o da “imbricação” da economia no social quanto o da responsabilidade compartilhada da qualidade da vida humana.

¹² Gaiger (2009) vê a adoção recente do uso do termo “economia social e solidária” como uma solução de compromisso entre os promotores antigos da economia social e os mais recentes, o que permitiria englobar tanto a economia social institucionalizada e voltada à assistência quanto a mobilização cidadã em torno de uma frente de lutas mais ampla. Para Lisboa (2004), a aproximação recente da economia social à economia solidária recupera e explicita sua dimensão política enquanto alternativa de organização do trabalho e da sociedade.

Na visão de Coraggio (2009a), as economias latino-americanas não são economias de mercado puras, e nem suas sociedades, sociedades de mercado completas. Tampouco o mercado é ali a única instituição que media as relações entre tais sociedades e a base natural. Elas seriam economias mistas, formadas por três setores ou subsistemas: i) a economia empresarial de capital, setor heterogêneo, orientado para a reprodução/acumulação privada de capital; ii) a economia popular, orientada para a reprodução da vida das unidades domésticas, altamente heterogênea e fragmentada, incluindo desde a atividade de subsistência até segmentos altamente vinculados à economia empresarial; e iii) a economia pública, orientada para uma combinação de necessidades sistêmicas, muitas vezes em contradição: o bem comum, combinado à governabilidade dependente do capital, à acumulação de poder particular e à legitimação estratégica do sistema. Esta leitura de uma economia mista formada por três subsistemas ou setores busca se contrapor ao esquema tradicional de dois subsistemas (Estado-mercado ou público-privado). O critério da racionalidade interna é colocado acima dos demais (como o tamanho do empreendimento ou a propriedade dos meios de produção) para compreender as relações intra e intersetoriais através das quais a sociedade “resolve” a questão econômica (Muñoz, 2013). A economia popular constitui um conjunto heterogêneo de unidades que sempre teve ali um papel relevante na reprodução de grande parte dos trabalhadores, articulando-se de maneiras diversas às outras duas esferas econômicas.

Como se tratam de economias mistas sob a hegemonia capitalista, as economias latino-americanas se baseiam em valores civilizatórios que legitimam a acumulação ilimitada de capital e a mercantilização das relações humanas (Coraggio, 2009a). Embora a organização interna das unidades domésticas se oriente pela reciprocidade, a solidariedade não constitui o comportamento predominante em suas relações externas. Sendo assim, ao buscar reproduzir sua vida em condições sempre melhores, operando no interior de um sistema com predomínio da cultura capitalista, os comportamentos podem se reorientar para a busca individual da máxima satisfação, a posse e o consumo ilimitado de mercadorias, a minimização dos esforços, a concorrência destrutiva, a busca do lucro mediante a exploração do trabalho alheio e a acumulação de capital privado (que pode se tornar um fim em si mesmo). Nesses contextos, as organizações da economia popular que obtêm êxito na captação do excedente podem passar a fazer parte da economia empresarial capitalista.

A construção de um sistema econômico em que persistam ou prevaleçam a solidariedade e a reciprocidade se afirma, então, como ação política (Coraggio, 2012b). A construção desse projeto requer o reconhecimento, conceitual e empírico, de uma heterogeneidade característica: “[uma heterogeneidade que] longe de ser um empecilho, da perspectiva da modernidade, é um recurso, tanto pela possibilidade de resolver um sustento que o mercado livre não consegue, como por ser o campo de constituição de atores sociais que podem assumir esse projeto de reinstitucionalização dos processos econômicos¹³” (Coraggio, 2009a, p. 16).

Nesse sentido, Coraggio (2012c) propõe uma leitura atual de Polanyi (2011, 2012) que oriente a construção de um projeto político na direção de uma economia com mercado distinta de uma economia de mercado. Nesse sentido, diferencia a “economia popular realmente existente” da “economia do trabalho”, ideal utópico de um sistema econômico em que predomine a lógica da “reprodução ampliada da vida” em detrimento da lógica de acumulação de capital. A “economia social e solidária” ou “economia solidária” seria o conjunto das práticas solidárias existentes nas três esferas (economia popular, economia empresarial capitalista e economia do setor público) e

¹³ Recondição dos processos econômicos no sentido de relações solidárias e orientadas ao “bem comum” (Coraggio, 2012b).

que constituem possíveis embriões da transição da “economia do capital” para a “economia do trabalho”¹⁴ (Coraggio, 2009a).

À leitura da economia mista se soma um projeto de sistema econômico ideal, centrado no trabalho e na reprodução ampliada da vida. A economia do trabalho só pode ser pensada em contraponto à economia do capital, e ao sentido conferido ao trabalho por esta última. A economia do capital tem como característica principal a tendência de mercadorificação do trabalho, considerado mercadoria fictícia, como colocado por Polanyi. Na economia do capital, as decisões são tomadas a partir do mercado, princípio econômico dominante, onde os indivíduos são pensados como utilitaristas e calculistas e seguem a lógica da concorrência e da acumulação de capital. Já a economia do trabalho concebe a economia como um sistema que combina cinco princípios de integração social: a) autarquia da unidade doméstica, que produz individual ou coletivamente para o próprio consumo ou uso; b) reciprocidade intra e intercomunidades, com base na ajuda mútua; c) redistribuição progressiva, com foco tanto nos indivíduos quanto nas comunidades; d) intercâmbio (troca) em mercados regulados de modo a evitar abusos ligados a monopólios, exploração do trabalho e danos à pequena produção causados pela concorrência; e) planejamento participativo, com base no reconhecimento das organizações e redes da economia social e solidária e na coordenação das ações econômicas dos múltiplos agentes (Coraggio, 2007).

A economia do trabalho não se pauta pelo crescimento quantitativo de uma massa de mercadorias, mas pela realização do potencial das pessoas e pela qualidade de vida e das relações. Ela seria organizada a partir da desalienação do trabalho. A questão social, na economia do trabalho, não reside na busca do pleno emprego, a fim de que todos possam obter renda e os padrões de consumo ditados pelo capital. Ela implica descobrir, reconhecer, recuperar, potencializar, inventar e desenvolver outras formas de motivação e coordenação das atividades humanas, definidas a partir dos próprios trabalhadores e com o fim de desfrutar plenamente a vida cotidiana (Coraggio, 2009b).

A economia social é tratada por Coraggio (2009b) como transição da economia mista para a economia do trabalho: “a economia popular representa o ponto de partida socioeconômico das práticas de economia social orientadas à institucionalização de uma economia do trabalho.” (Coraggio, 2009b, p. 125). Essa transição só é possível a partir do reconhecimento do peso e do potencial da economia popular e de uma crítica que a supere:

“essa economia popular reativa e adaptativa não pode garantir a sobrevivência de todos no contexto da transformação do capitalismo global. Ela requer uma abordagem sistêmica para transformar esse todo caótico em um conjunto organicamente vinculado de produção e reprodução, que volte a relacionar o trabalho (outro trabalho) com a satisfação de necessidades definidas historicamente por sociedades democráticas.” (Coraggio, 2009b, p. 125)

¹⁴ “Atualmente coexistem/competem diversos projetos ou propostas com a pretensão de converter-se em paradigma para organizar o campo de práticas econômicas populares. Nesse sentido, propusemos que o conceito de Economia do Trabalho tem o maior potencial para organizar o pensamento teórico, para organizar as pesquisas e o desenho de estratégias diante das teorias da Economia do Capital e da Economia Pública. Também adotamos o termo Economia Solidária para definir a que consideramos a corrente ideológica mais significativa para impulsionar a economia social na América Latina. E finalmente, para ter um conceito guarda-chuva referente às organizações usualmente entendidas como organizações ‘econômicas’ voluntárias que buscam por sua vez um resultado econômico no sentido amplo (não só pecuniário) e um produto em relações sociais, adotamos o conceito de Economia Social” (Coraggio, 2002, p. 2)

Para Coraggio (2012b), não se pode esperar que a economia social e solidária na América Latina, à semelhança do que ocorre na Europa, se limite a ocupar nichos não atingidos pelo mercado ou pelo Estado, como os dos serviços de proximidade, ou seja conduzida por um grupo de indivíduos de alto “capital social” que sejam capazes de organizar esquemas de serviços de proximidade ou comunidades autônomas e autogestionárias. A carência massiva de necessidades básicas, o grau de desigualdade de acesso à formação técnico-científica e a estigmatização dos pobres pelas classes médias e altas dificultam o desenvolvimento de relações solidárias simétricas que atravessem todo o espectro social. A despeito do avanço na institucionalização dessas formas, nos anos recentes¹⁵, a economia popular é composta, em sua maior parte, de trabalhadores em situação de precariedade, sem acesso aos direitos trabalhistas, muitas vezes em condições de subsistência.

Ao discutir a ação política necessária, Coraggio (2013a) propõe compreender os sistemas econômicos como construções sociopolíticas e não como resultado de evoluções naturais e necessárias, afastando-se da noção de “sequência de modos de produção”, segundo a qual todas as sociedades caminham inevitavelmente para uma sociedade de mercado. Assim como a economia capitalista de mercado foi uma construção política a partir da Revolução Industrial (Polanyi, 2011), outras construções são possíveis, sobretudo em momentos de desajuste estrutural (Coraggio, 2012c). Discutem-se assim as possibilidades de (re)orientação da economia pública e da economia popular para uma economia centrada no trabalho e na racionalidade reprodutiva: “não há uma realidade econômica necessária à qual se deve adaptar-se ou morrer, ao contrário, a partir de qualquer economia empírica, outras economias sempre são possíveis” (Coraggio, 2012a, p. 2, tradução nossa)

Nesse sentido, o autor aponta três correntes de pensamento e ação dentro do campo da economia social e solidária. A primeira é aquela que busca a reinserção dos trabalhadores excluídos no mercado de trabalho, atuando a nível microeconômico e focando o alívio da pobreza. Tal corrente se pauta na lógica do mercado ao definir os fins e meios dos empreendimentos; prevalece a racionalidade instrumental e o paradigma da empresa de capital, explícito, por exemplo, na separação entre a economia doméstica/familiar e o micro empreendimento. A esta corrente, Coraggio (2013a) denomina “integracionista”, pois entende como papel das novas (ou velhas, renovadas) formas econômicas preencher o vazio que deixa o capitalismo global, garantindo a sustentabilidade por meio da competição dessas empresas entre si e com as firmas capitalistas. Tal visão orienta a ação dos organismos multilaterais, notadamente do Banco Mundial, e se alinha à concepção mais conservadora do setor informal, discutida anteriormente.

A segunda e a terceira correntes se pautam pela lógica da reciprocidade e possuem orientação sistêmica, ao contrário da primeira, que foca os empreendimentos individualmente. Diferenciam-se entre si quanto à compreensão do papel da economia social e solidária no contexto da economia como um todo. A segunda corrente assume a necessidade de considerar esta economia como um subsistema da economia mista, reconhecendo e fortalecendo suas redes e interfaces com os dois outros subsistemas. Enfatiza a necessidade das redes, não apenas econômicas, mas também de reciprocidade e solidariedade, uma vez que o objetivo é superar a fragmentação dos

¹⁵ Coraggio (2012c) retrata como, ao longo da primeira década dos anos 2000, ocorreram avanços na institucionalização da ESS na América Latina, por meio de novos marcos legais, do reconhecimento das formas próprias da ESS, da definição de novas responsabilidades do Estado ou modificando os marcos constitucionais. Essa mudança política se deu como resultado da ação dos movimentos sociais (Equador, Bolívia), de mobilizações de dentro do Estado em situações de crise (Argentina, Venezuela), da reconcentração do eleitorado popular ao redor de projetos anunciados como progressistas (Brasil, Uruguai, Paraguai) e, ainda, pela redução do endividamento externo dos países, que lhes permitiu maiores investimentos em programas sociais compensatórios.

empreendimentos e promover um setor orgânico e articulado. Parte, portanto, de toda a economia popular, assumindo os empreendimentos individuais e familiares, além dos associativos, e problematizando a sustentabilidade e eficiência dos empreendimentos promovidos, não apenas no sentido econômico.

Já a terceira corrente considera a necessidade de superar o sistema econômico e cultural capitalista, propondo a construção da “outra economia”. Trata de redefinir as relações econômicas em nível sistêmico, propondo uma forma superior às práticas próprias do capital, substituindo as relações de concorrência entre interesses particulares por relações de redistribuição, de solidariedade e reciprocidade e o predomínio do bem comum legitimamente estabelecido. Esta corrente parte de uma profunda crítica do sistema capitalista, problematizando a importância dos demais princípios econômicos, e propondo novas concepções de Estado, mercado, formas de propriedade, grau de mercantilização do trabalho e da natureza, etc.

Coraggio (2013a) assume a necessidade de reconhecimento das três correntes, assumindo como parte da tarefa política a construção de alianças, em um movimento conjunto. Cada uma das correntes enfatiza um aspecto relevante da ESS, sendo tais aspectos complementares, refletindo a própria diversidade de conceitos e debates em torno do tema. De fato, tratam-se de níveis distintos de intervenção que se interdependem para sua real concretude.

“Pode-se atuar no nível 3, mas sem a base das práticas dos níveis 2 e 1, não seria possível ir além de um projeto estatizante. Pode-se atuar no nível 1, mas sem o nível 2 se perde eficácia e sustentabilidade. Se não se chega ao nível 3, as realizações no nível 1 e até 2 podem permanecer isoladas ou subordinadas dentro de uma economia onde predomina o princípio do mercado.” (Coraggio, 2013a, p. 23, tradução nossa)

Tal construção passa, no entanto, por outra concepção de desenvolvimento econômico que compreenda a heterogeneidade de princípios econômicos e de relações de produção como um recurso a ser potencializado em uma economia orientada para o trabalho. Trata-se de expandir as concepções de economia, de tecnologia, de ação política e de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- CACCIAMALI, M. C. *Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção*. 1982. 163 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-133.
- CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009b.
- CORAGGIO, J. L. *Economía social y solidaria: el trabajo antes que el capital*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2011.
- CORAGGIO, J. L. *Economía urbana: la perspectiva popular*. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

- CORAGGIO, J. L. Karl Polanyi y la otra economía en América Latina. In: UNIVERSIDAD NACIONAL DE GENERAL SARMIENTO (UNGS) / CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLACSO). *Karl Polanyi: Textos escogidos*. Buenos Aires: UNGS/CLACSO, 2012a.
- CORAGGIO, J. L. *La construcción de Otra Economía como acción política*. Mimeo, 2012c.
- CORAGGIO, J. L. *La economía social y solidaria (ESS) en América Latina*. Mimeo, 2012b.
- CORAGGIO, J. L. *La economía social y solidaria y el papel de la economía popular en la estructura económica*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Rol de la Economía Popular y Solidaria y su Aporte en el Sistema Económico Social y Solidario, Quito, 2013b.
- CORAGGIO, J. L. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.15, n.2, p.11-24, nov. 2013a.
- CORAGGIO, J. L. Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? *Proposta*, n.98, p.12-20, set./nov. 2003.
- CORAGGIO, J. L. *Territorio y economías alternativas*. Trabalho apresentado no I Seminário Internacional Planificación Regional para el Desarrollo Nacional. Visiones, desafíos y propuestas, La Paz, 2009a.
- DE SOTO, H. *El otro sendero: la revolución informal*. Lima: Instituto Libertad y Democracia, 1987.
- DE SOTO, H. *O mistério do capital*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- DEFOURNY, J. Economía Social. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Almedina/CES: Coimbra, 2009.
- FAVREAU, L. Qu'est-ce que l'économie informelle, l'économie populaire, et l'économie sociale et solidaire? In: FALL, A. S.; FAVREAU, L.; LAROSE, G. *Le Sud et le Nord dans la mondialisation: quelles alternatives? Le renouvellement des modèles de développement au Nord et au Sud*. Québec: Publication Université du Québec, 2004.
- FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. *Sociedade e Estado*, v.16, n.1-2, p.245-275, dez. 2001a.
- GAIGER, L. I. G. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.84, p.81-99, mar. 2009.
- KRAYCHETE, G. Economía popular solidária: paisagens e miragens. *Serviço Social em Revista (Online)*, v.9, n.1, p.1-15, jul./dez. 2006.
- LAGO, L. C. do. Trabalho e Moradia na Periferia: para Uma Política Urbana Economicamente Orientada. *Revista Em Pauta*, v.6, n.24, p.31-47, dez. 2009.
- LAVILLE, J. L. A economia solidária: um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, p.7-47, mar. 2009a.
- LAVILLE, J. L. Economía Plural. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009b.

- LAVILLE, J. L. Vers une économie sociale et solidaire? *Revue Internationale de L'Économie Sociale*, n. 281, p. 39-53, jul. 2001.
- LEWIS, A. *Economic Development with Unlimited Supplies of Labor*. Manchester: School of Economics and Social Studies, 1954.
- LISBOA, A. M. Socioeconomia solidaria: marco conceitual latinoamericano. *Textos para discussão UFSC CNM*, 2004.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. Segunda parte. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas, p. 183-314.
- PEARCE, J. *Social economy: engaging as a third system?* In: AMIN, A. (Ed.). *The social economy: international perspectives on economic solidarity*. London/New York: Zed Books, 2009.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- POLANYI, K. *A subsistência do homem: e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- QUIJANO, A. *La economía popular y sus caminos en América Latina*. Lima: CEIS-Cecosam, 1998.
- QUIJANO, A. La nueva heterogeneidad estructural de América Latina. In: SONNTAG, H. (Ed.). *¿Nuevos temas, nuevos contenidos?* Caracas: Nueva Sociedad, 1989.
- RAZETO, L. *De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad en un Proyecto de Desarrollo Alternativo*. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993.
- RAZETO, L. et al. *Las Organizaciones Económicas Populares*. Santiago: Ediciones PET, 1983.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SINGER, P. I. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE SOBRINHO, G. (Org.). *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SINGER, P. I. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TIRIBA, L. Economia popular y movimientos populares (y una vez más el trabajo como principio educativo). *Contexto & Educação*, v.14, n.54, p. 53-80, 1999.
- TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. *Proposta*, n.97, p. 38-49, jun./ago. 2003.
- TIRIBA, L. Trabalho, educação e autogestão: desafios frente à crise do emprego. *Trabalho Necessário*, ano 3, n.3, 2005.
- TOKMAN, V. E., SOUZA, P. R. El sector informal urbano en America Latina. *Revista Internacional del Trabajo*, v. 94, n. 3, 1976.